

**Carolina Dantas de Figueiredo**

Universidade Federal de Pernambuco.

**Eduardo Baptista Amorim**

Jornalista atuante em diversas mídias e movimentos sociais na capital pernambucana.

**Silêncios e silenciamentos na cobertura midiática da copa do mundo em Pernambuco**

**Silences and silencing on the media coverage of the world cup in Pernambuco**

**Silencios y silenciamientos en la cobertura mediática de la copa del mundo en Pernambuco**

## RESUMO

Os megaeventos aconteceram no Brasil em um período de grandes turbulências políticas e também de mudanças no contexto da comunicação. A partir do olhar de alguém que atuou na cobertura da Copa do Mundo, a presente pesquisa tenta identificar na cobertura do Mundial de 2014 em Pernambuco elementos que mostram como foram utilizados os silenciamentos pela imprensa ou em quais situações o silêncio se efetivou.

Palavras-chave: Megaeventos. Silêncios. Silenciamentos. Jornalismo.

## ABSTRACT

The mega events happened in Brazil during a period of great political turbulence and also of changes in the context of communication. From a look of someone who worked in the coverage of the World Cup, this research tries to identify in the coverage of the World Cup 2014 in Pernambuco elements that show how the silence was used by the press or in what situations the silence became effective.

Keywords: Mega events. Silences. Silencing. Journalism.

## RESUMEN

Los megaeventos ocurrieron en Brasil en un período de grandes turbulencias políticas y también de cambios en la comunicación. A partir de la mirada de alguien que actuó en la cobertura del Copa del Mundo, la presente investigación intenta identificar en la cobertura del Mundial de 2014 en Pernambuco elementos que muestran cómo se utilizaron los silenciamientos por la prensa o en qué situaciones se produjo el silencio.

Palabras clave: Megaeventos. Silencios. Silenciamientos. Periodismo.

Submissão: 27-6-2017

Decisão editorial: 17-4-2019

## Introdução

Responsável por uma das maiores audiências da televisão mundial de todos os tempos, com mais de três milhões de telespectadores segundo dados da organização (FIFA, 2015), a Copa do Mundo de 2014 foi, em Pernambuco, pretexto para desapropriações, construção de um novo estádio e para a realização de diversas obras viárias. O presente artigo, resultante de pesquisa homônima, buscará abordar aspectos gerais relacionados às diferentes formas de censura ocorridas na cobertura midiática tradicional (vinculada às empresas de comunicação) em face das remoções que aconteceram nas cidades de São Lourenço da Mata e Camaragibe, Região Metropolitana do Recife, nas proximidades da Arena de Pernambuco, anteriormente chamada de Arena Pernambuco e depois Arena Itaipava de Pernambuco, nome que deixa de ser usado com a emergência dos casos de corrupção na Odebrecht em 2015, entre os quais figura a construção desse estádio, que abrigou jogos da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014.

Originalmente, foram reunidas 102 reportagens de TV, jornais, rádio e internet, para que fossem percebidos aspectos relacionados ao silenciamento, considerando-se que o escopo inicial da pesquisa

foi uma dissertação de mestrado. Todas, de certa maneira, tratavam de temas correlatos às remoções da Copa do Mundo em Pernambuco, mesmo que em alguns casos informações houvessem sido suprimidas, o que alerta para silenciamentos no sentido de que trata Orlandi (2007). Para este artigo, optamos por descrever apenas uma reportagem televisiva, como caso exemplar de silenciamento. Esta escolha obedece a dois critérios fundamentais, primeiro o tratamento de um caso como representativo do todo, conforme preconiza o Estudo de Caso enquanto metodologia possível para as ciências sociais (THOMAS, 2010), segundo a referência contínua dos próprios moradores do Loteamento São Francisco à tal reportagem, tanto por sua abrangência nacional, quanto pelo tipo de expectativa que causou, no sentido de que poderia romper com o silenciamento que a mídia local havia impetrado até então.

Efetivamente, a matéria produzida pelo programa Profissão Repórter da Globo acabou, como se verá, aprofundando os silêncios e silenciamentos a respeito das remoções e sobre os removidos. Usando-se esse caso como suporte, pretende-se aqui alertar para a questão dos silenciamentos, assim como levantar indícios, conforme apurou-se de que a comunicação pública pode ser um caminho para que os silenciamentos sejam rompidos.

Chama-se atenção para a comunicação pública, pois esta trata, por definição, dos interesses coletivos, da viabilização do direito social, da democracia e da cidadania (DUARTE; VERAS, 2006), isto significa que sua preocupação deveria recair sobre tornar visível aquilo que é de caráter público, tomando os seguintes critérios: transparência, acesso, informação

e ouvidoria social. Sem adentrarmos muito nesses pontos, transparência por si só seria suficiente para romper com o ciclo do silêncio que se presta a atender aos interesses privatistas, como aconteceu com a mídia corporativa durante a Copa do Mundo de 2014.

Mesmo após o fim do Mundial, ainda há muitas questões a discutir relacionadas aos gastos realizados pelo Estado e à cobertura midiática do torneio da Fifa. É preciso entender, por exemplo, que tipos de abordagens foram transmitidas para o grande público a respeito das questões sociais trazidas pelas obras do megaevento para as cidades-sede. Entende-se aqui que é possível discutir o silêncio através das fissuras, dos traços deixados e que precisam ser coletados e analisados para se tornarem discurso organizado. Meios de comunicação públicos, agências de comunicação independentes ou, no mínimo, que tivessem outros vieses ideológicos, poderiam apresentar perspectivas diferentes e romper estruturas de silêncio, se fosse o caso.

O silenciamento de temas dentro da cobertura do Mundial foi um aspecto que nos intrigou em função de múltiplas limitações e constrangimentos no exercício da profissão de jornalista sofridos por Eduardo Amorim, um dos autores deste trabalho e jornalista correspondente do portal Terra entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2015. Durante esse período, Amorim percebeu, por meio de reportagem sobre o drama da remoção de uma família do bairro de Cosme e Damião, intitulada “Você sabe lá o que é abrir mão de uma vida?”, da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, que essa temática não estava sendo percebida pela imprensa na sua totalidade, mas apenas pontualmente. Isto é, tratava-se individualmente

de um caso de remoção ou outro, por intermédio de seus personagens, mas não da totalidade das remoções, de modo que nem mesmo o número total de removidos vinha sendo divulgado. Note-se que é uma perspectiva diferente do assunto que rompe a barreira do silêncio imposta até então.

Por meio do acompanhamento de mobilizações de moradores para evitar remoções em bairros como o Coque (Recife), Viana, Cosme e Damião e do Loteamento São Francisco (Camaragibe),<sup>1</sup> Amorim publicou reportagem, com base em números do Governo do Estado, estimando em mais de 2.000 o número de famílias removidas para a execução de obras para a Copa do Mundo.<sup>2</sup> No fim de 2013, antes de receber as primeiras recomendações para evitar a temática das remoções dos seus editores, o jornalista tentou convencer o portal Terra a criar um blog para fazer uma cobertura mais crítica dos megaeventos em todo o Brasil. Essa ideia surgiu a partir da percepção de que entre as reportagens realizadas por Amorim para o portal, as que tinham maior repercussão nas redes sociais eram as que falavam justamente da problemática social dos megaeventos.

Às vésperas do Natal de 2013, houve uma tentativa de acompanhar as remoções e, pela primeira vez, o portal Terra desaconselhou abertamente a

---

<sup>1</sup> PE: Famílias afetadas pela Copa querem reunião com Eduardo Campos. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/pe-familias-afetadas-pela-copa-querem-reuniao-com-eduardo-campos,7a7f1ec31a810410VgnVCM5000009cccEb0aRCRD.html>> Acesso em: 5 de julho de 2016.

<sup>2</sup> Mais de 2.000 famílias são removidas por obras da Copa em PE. Disponível em: <<https://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/mais-de-2000-familias-sao-removidas-por-obras-da-copa-em-pe,4cfb2688e59b0410VgnVCM4000009bcceeb0aRCRD.html>>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

publicação de reportagens sobre a temática. Como encaminhamento, a empresa informou que todas as reportagens que tratassem das remoções e de outras questões sociais relativas à Copa deveriam ser enviadas para os editores do portal em São Paulo, procedimento que não ocorria até então e que não se aplicou a pautas esportivas ou de entretenimento a respeito do Mundial.

Posteriormente, perto da Copa de 2014, o jornalista recebeu a informação de que não havia mais interesse em textos sobre as remoções. Percebe-se, a partir daí, que a temática praticamente deixa de ser tratada, não só no portal Terra, mas nos demais veículos de comunicação relacionados a empresas privadas. É fato que existia um conteúdo produzido por militantes, acadêmicos e voluntários, o que gerou, e gera ainda, informações sobre a Copa do Mundo. Contudo, tal conteúdo mostra-se insuficiente para romper o silenciamento da grande mídia.

Para as gestões de Eduardo Campos e Dilma Roussef seria muito negativo, às vésperas das eleições de 2014, haver uma discussão midiática sobre as remoções da Copa. Para evitar que essa pauta ganhasse interesse da população, uma tentativa de controle midiático parece ter sido exercida com apoio das empresas privadas de comunicação, que também tinham interesse econômico no sucesso dos megaeventos. É preciso destacar que entre as poucas matérias sobre as remoções produzidas no Brasil, está a série Direitos das Crianças no País da Copa, vencedora da segunda edição do Prêmio Petrobrás de Jornalismo, na categoria responsabilidade socioambiental, produzida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Não parece um acaso que a destituição do presidente

da EBC, tenha sido uma das primeiras medidas do governo Michel Temer, interrompendo violentamente o processo de gestão da empresa, conforme preconizado pela Medida Provisória 744/16 (BRASIL, 2016) que, embora não preveja eleição para o presidente da EBC, garante que o mandato de quem for nomeado pela presidência da república seja cumprido até o final sem substituição ou afastamento antes do período indicado.

Entre 2016 e 2018, parte da programação da EBC era produzida pela Globo. Essa mesma empresa é detentora dos direitos de transmissão da Copa do Mundo e foi uma das principais interessadas, com a Fifa e com os governos Federal e Estaduais, na venda da imagem de um Mundial asséptico, sem tragédias humanas ou quaisquer conflitos associados. Para que essa imagem fosse construída, foi necessário silenciar. A seguir, trataremos de um caso específico de cobertura da Globo sobre as remoções.

O Profissão Repórter, programa da TV Globo, coordenado pelo jornalista Caco Barcelos, do dia 19 de maio de 2014, tipifica como foi feita a cobertura da grande mídia sobre o caso.<sup>3</sup> O material que foi ao ar na televisão, depois postado na internet, gerou grande expectativa nos moradores do Loteamento São Francisco e nos integrantes do Comitê Popular da Copa de Pernambuco, que conseguiram, por meio da Articulação Nacional da Copa e com a ajuda de jornalistas, pautar na Globo as remoções do Loteamento São Francisco para representar as desapropriações de famílias em todo o Brasil. O resultado, no entanto,

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/profissao-reporter/profissao-reporter-copa-do-mundo.htm>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

acabou decepcionando militantes e moradores do loteamento.

No documento “Não existe jornalismo na cobertura da Copa do Mundo: Nota de repúdio ao Profissão Repórter e à TV Globo”, o Comitê Popular da Copa em Pernambuco (2014) afirma que a equipe do Profissão Repórter acompanhou protesto ocorrido em 15 de maio de 2014, em que cerca de 200 moradores do Loteamento São Francisco, estudantes, midiativistas, advogados e integrantes de movimentos sociais se reuniram em um ato pacífico que marcou o 15M<sup>4</sup> em Pernambuco. Segundo a nota publicada em diversos sites na época, a equipe registrou apenas aspectos negativos da manifestação e se questiona que “a TV Globo nem mesmo registrou o fato do protesto pacífico ter sido realizado durante a greve da Polícia Militar de Pernambuco, que criou um clima de caos em todo o Estado e gerou uma série de furtos a lojas” (IBIDEM).

No primeiro bloco são mostradas cenas de casas sendo demolidas, dos moradores recebendo as visitas dos oficiais de Justiça ou procurando seus direitos junto ao poder público e a entrevista de uma das removidas, mas encerra com a defensora pública Danielle Monteiro, afirmando que há moradores que contestaram o valor da indenização, avaliada abaixo do que tinha sido proposto inicialmente, mostra um caso (que representa uma minoria ou uma exceção, segundo dados do Comitê) em que uma das removidas diz ter ficado feliz com o valor da indenização.

O caso das remoções em Camaragibe é intercalado com outros temas relativos à Copa, como a

---

<sup>4</sup> Referência ao dia 15 de maio, o 15M teria começado após os protestos de 2011 na Espanha, que foram uma série de protestos iniciados pelas redes sociais, como aconteceu no Brasil em 2013.

inauguração da Arena Corinthians em São Paulo e uma reportagem sobre os efeitos dos megaeventos nos preços de imóveis do Rio de Janeiro. Quando a edição volta para Pernambuco, é destacada uma reunião dos antigos moradores do Loteamento São Francisco e a fala de uma militante do Copa Favela, Andréa Luna, afirmando que está disposta a fazer protesto e queimar pneus. Luna também fora entrevistada em sua casa, em um contexto de maior tranquilidade, porém esse material foi descartado e se aproveitou apenas um trecho, fora de contexto, da defesa da entrevistada de formas mais duras de resistência. De qualquer forma, independentemente de uma fala isolada ou dos registros de violência da manifestação, a Globo acompanhou o protesto de 15 de maio integralmente, gravando diversas imagens que poderiam dar uma noção mais geral dos acontecimentos. A esse respeito, o Comitê Popular da Copa afirma:

Quando se consegue fazer um ato de paz e mostrar que vidas estão sendo perdidas para as desapropriações, como foi demonstrado pelas sete cruzeiras fincadas no terreno do Loteamento São Francisco pela plataforma Copa Favela, a informação relevante é ignorada pelo maior veículo de comunicação do país? Mas no momento em que as mobilizações saem dos limites e ocorrem atos de violência por militantes, ou mesmo por pessoas infiltradas por forças políticas adversárias, a mídia aproveita para desmoralizar toda a construção coletiva de questionamento aos megaeventos e megaprojetos no Brasil (COMITÊ POPULAR DA COPA DE PERNAMBUCO, 2014).

Como agravante, o Comitê alega terem sido utilizados dados relativos ao Loteamento São Francisco que não correspondem às informações repassadas pela organização para a Globo. No minuto 12 do

programa, o repórter lê e aparece em arte no vídeo que 117 famílias foram removidas e 41 contestam na Justiça as indenizações. A informação é negada pelo Comitê Popular da Copa, colocado pela TV Globo como fonte das informações:

Os números utilizados pela TV Globo demonstram a falta de interesse em fazer jornalismo e explicitam o interesse de maquiar uma realidade. Não é verdade que o Comitê Popular da Copa de Pernambuco utilize os números divulgados no Profissão Repórter. Como já foi explicitado até mesmo em veículos da mídia tradicional, em Pernambuco, o Governo do Estado e a Prefeitura do Recife assumem ter realizado, para as obras do Mundial, mais de 2.000 remoções. Nacionalmente, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa estima em 250.000 o número de atingidos.

Esses expressivos números são escondidos e só aparece no programa a contagem de terrenos divulgada pela Procuradoria Geral do Estado, que maquia o fato de algumas das famílias do Loteamento São Francisco terem construído seis, oito ou até dez casas nos seus terrenos. O programa da Globo apenas é reflexo de um contexto mais amplo. Efetivamente, até o fim do mundial, a mídia pernambucana também não se esforçou em cobrir adequadamente os protestos ou informar o público sobre as remoções. Do ponto de vista desses temas, apenas veículos internacionais (RTL na Alemanha e CNN nos EUA, por exemplo) se prestaram a cobrir os acontecimentos.

## Sobre silêncios, políticas do silêncio e silenciamentos

Percebendo as distintas possibilidades de olhares sobre a Copa do Mundo, notamos que havia um

campo para se discorrer acerca de silêncios e silenciamentos. Essa perspectiva sofre forte influência dos estudos de Orlandi (2007, p. 35). Para quem, “o silêncio foi relegado a uma posição secundária como excrecência, como o ‘resto’ da linguagem. Nosso trabalho o erige em fator essencial como condição do significar”. A autora afirma ainda que:

O nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas. Isso se expressa pela urgência no dizer e pela multidão de linguagens a que estamos submetidos no cotidiano. Ao mesmo tempo, espera-se que estejam produzindo signos visíveis (audíveis) o tempo todo. Ilusão de controle pelo que “aparece”: temos de emitir sinais sonoros (dizíveis, visíveis) continuamente (ORLANDI, 2007, p. 35).

O silêncio e o silenciar, muitas vezes, não estão somente ligados à repressão. O fato de um discurso não ser externado pode estar também na própria condição do sujeito ou do meio onde ele se insere. Isso se dá algumas vezes por falta de conhecimento, capacidade de expressar, ou por razões diversas ligadas aos meios de produção ou às condições do ambiente. Isso não exclui de maneira alguma – ainda mais num episódio tão fortemente influenciado pela política e pelos interesses econômicos como a Copa do Mundo – as influências exercidas sobre os produtores de conteúdo por empresas e grupos políticos.

No estudo dos silêncios da Copa do Mundo, é possível contrapor o que foi dito nas matérias analisadas com os dados do Comitê Popular da Copa, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), de pesquisas realizadas em Pernambuco so-

bre as remoções e da atuação do jornalista Eduardo Amorim. Essas vozes não hegemônicas revelam o que foi silenciado, afinal, de acordo com Orlandi (2007): "A 'legibilidade' do silêncio nas palavras só é tornada possível quando consideramos que a materialidade significativa do silêncio e a da linguagem diferem e que isso conta nos distintos efeitos de sentido que produzem". A autora descreve duas grandes divisões nas formas do silêncio: (1) o silêncio fundador e (2) a política do silêncio. O silêncio fundador é aquele que torna toda significação possível, e a política do silêncio dispõe as cisões entre o dizer e o não-dizer. A política do silêncio apresenta por sua vez duas subdivisões: (2.1) o silêncio constitutivo (todo dizer cala algum sentido necessariamente) e (2.2) silêncio o local (censura) (ORLANDI 2007, p. 102).

Quando trata da política do silêncio, a autora estabelece uma distinção entre dois campos. "Podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis", diz Orlandi (IBIDEM), explicando o que chama de silêncio constitutivo. Um exemplo dessa forma de silêncio relacionada à Copa do Mundo é a denominação "investimentos". Quando a maior parte da imprensa escolhe utilizar esse termo que dá ideia de geração de empregos e melhorias nas cidades, apaga-se a ideia que foi fartamente propagada pela Ancop de que a maioria dos "gastos" teria pouca utilidade para a população brasileira e geraria alguns impactos em comunidades. Em geral, é preciso excluir sentidos, sendo eles inversos ou diversos, para se dizer algo. É justamente a defesa dos aspectos positivos pelas empresas de mídia brasileira que instaura um debate parcial sobre a Copa de 2014.

Interessante notar, ainda no campo da política do silêncio, como Orlandi trata o que o senso comum considera mais severo na interdição do dizer: “Tome-mos um exemplo desse silêncio local: a censura. Trata-se da produção do silêncio de forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (IBIDEM).

A censura, no entanto, pode ganhar formas distintas e se confundir com o silêncio constitutivo especificamente em um ambiente como o do jornalismo esportivo brasileiro? As escolhas feitas numa redação, que possibilitam a ida ou não de um repórter para cobrir determinada pauta ou mesmo as sugestões de coberturas com certo viés, certamente criam uma percepção de que tipo de reportagens os jornalistas são contratados para realizar e nem sempre isso chega a ser questionado. Com isso, certos assuntos seriam preteridos em detrimento de outros, o que influenciaria na formação de uma espiral do silêncio, na qual as opiniões dominantes prevalecem e tendem a se refletir nos meios.

A defesa dos megaeventos, na maioria das vezes, está focada nos resultados esportivos e nos investimentos de infraestrutura feitos para a realização das competições. O impeachment de Dilma Rousseff, que viria a acontecer em 2016, talvez explique muito do silenciamento que houve também dentro dos movimentos sociais em relação às violações de direitos provocadas no ciclo de implementação dos megaeventos, já que as gestões do Partido dos Trabalhadores tinham grande apoio desses grupos organizados. A questão dos direitos praticamente não foi abordada pela imprensa pernambucana na época

do Mundial de 2014. Para Orlandi (2007): “A intervenção do silêncio faz aparecer a falta de simetria entre os interlocutores. A relação de interlocução não é nem bem-comportada, nem obedece a uma lógica preestabelecida. Ela é atravessada, entre outros, pela desorganização do silêncio”.

No caso da Copa do Mundo no Brasil, é preciso perceber que havia interesses econômicos e financeiros em torno dos grandes investimentos que envolveram não só gestões públicas, mas também empresas privadas de diversos setores, incluindo as de mídia. Do ponto de vista das empresas de mídia, somente a Rede Globo, detentora, junto à TV Bandeirantes, dos direitos de exibição da Copa esperava faturar R\$1,438 bilhão com cotas de patrocínio.

Considerando que na Copa da África do Sul a Rede Globo conseguiu faturar R\$ 490 milhões com seis cotas de R\$ 81,8 milhões cada, o torneio no Brasil representou um aumento de quase 200% no seu faturamento. Efetivamente, associar o seu principal produto em 2014 a pautas de caráter negativo – como superfaturamento de obras e remoções de famílias pobres – não seria nem um pouco bom para os negócios (MARINHO, in: PAULA, M.; BARTELT, D. D., 2014).

Após a realização do Mundial de 2014 já não interessa aos grandes veículos dar o mesmo destaque aos temas do megaevento. Apenas no final de 2015 questões relativas à construção da Arena de Pernambuco voltam à mídia em função da Operação Lava Jato, que investigou esquemas de corrupção da Parceria Público Privada que deram origem ao estádio. Chama a atenção a forma como esse tema passou ao largo dos principais noticiários durante o Mundial, quando inclusive chegou a ser efetivada

pela Assembleia Legislativa de Pernambuco uma doação de terreno de 200 hectares para os empresários responsáveis pela arena, que deveriam construir nessa área a chamada Cidade da Copa.

Os valores, a necessidade de algumas das obras e a falta de transparência no processo vinham sendo denunciados por representantes da sociedade civil desde antes de junho de 2013. Depois do término do Mundial, no entanto, famílias impactadas pelas obras de mobilidade ou de estádios continuam sem reestabelecer moradia ou, em alguns casos, sofreram com mortes ou doenças decorrentes das remoções. Algumas das empresas de mídia que pouco deram atenção a esse tipo de pauta abriram mais espaço para reportagens críticas após 2014. Provavelmente, um dos fatores que possibilitaram esse novo posicionamento foi o fato de o produto Copa do Mundo já ter sido vendido. Ao mesmo tempo, outros fatores como as investigações ocorridas na Operação Lava Jato também fizeram que a pauta da corrupção nos megaeventos ganhasse espaço nos grandes veículos da mídia brasileira. Após a Copa, rompe-se o pacto tácito em torno do modelo desenvolvimentista de governo vigente no Brasil por um ciclo de quase 16 anos, com a proximidade da olimpíada, em que seletivamente certos temas foram silenciados. A atuação dos grandes veículos comerciais de comunicação durante a deposição da presidenta Dilma Roussef apenas evidenciou o esgarçamento das relações entre o governo e a mídia, provocado, entre outras coisas pelo fim dos gastos públicos promovidos pelo encerramento do ciclo dos grandes eventos.

A retirada extremamente violenta das famílias do Loteamento São Francisco aconteceu em duas situa-

ções, no fim de 2013 e início de 2014. Seria plausível imaginar que a ação tenha sido realizada como parte da estratégia para que os grandes meios de comunicação nacionais e internacionais que viriam ao Estado tivessem pouco ou nenhum acesso às imagens das comunidades que faziam parte dos caminhos para a Arena de Pernambuco antes das remoções, mesmo que não houvesse mais condições efetivas de se concretizar as obras previstas. A única obra feita na localidade foi uma pista denominada Ramal da Copa, que deveria ter seis faixas e acabou ficando com apenas duas. Já a expansão do Terminal Integrado de Camaragibe nunca aconteceu. Hoje, os terrenos das famílias removidas estão murados e servem ilegalmente como estacionamento de uma empresa de ônibus, fato já denunciado ao Governo do Estado pelo Comitê Popular da Copa.

Além das táticas de desmonte já conhecidas, para retirar direitos das comunidades removidas, no caso da Copa do Mundo de 2014, parece razoável acreditar que houve também uma estratégia voltada para inviabilizar uma cobertura midiática de grande porte acerca dos impactos negativos das obras. Afinal, seria mais difícil desprezar os impactos sobre as famílias se os moradores estivessem morando nas proximidades do estádio e nas rotas da imprensa internacional. A respeito do silenciamento da imprensa sobre as remoções, Moura (2016, p. 27) considera que:

Como esses impactos não são levados em conta com a devida seriedade, conseqüentemente as medidas "mitigatórias" também não são efetivamente realizadas. Geralmente, os "benefícios" dos grandes projetos são ressaltados em detrimento do silêncio sobre o que aconteceu com as famílias que estavam no "meio do

caminho". A dificuldade em obter dados oficiais do governo sobre o número de famílias removidas se repete em vários casos, o que demonstra uma maneira pela qual esse silêncio se manifesta. Assim como o conteúdo das manchetes de jornais locais, sempre ressaltando as benesses da vinda dos grandes projetos ou do megaevento e poucas vezes divulgando os efeitos negativos que os acompanham.

As obras de mobilidade,<sup>5</sup> os treinos<sup>6</sup> e jogos das seleções e a presença dos estrangeiros,<sup>7</sup> tiveram grande repercussão na mídia local. Por sua vez, os problemas sociais trazidos pelas obras, como a diminuição dos espaços de lazer nas localidades próximas à Arena Pernambuco praticamente não foram discutidos pela imprensa, só aparecendo esporadicamente<sup>8</sup> e sem evidenciar a pressão do setor imobiliário sobre a região que fica entre a Arena de Pernambuco e a Avenida Belmino Correa. Scott e Lemos (2014) têm uma explicação que pode ajudar a entender o fato de as informações serem imprecisas no momento de realização de um megaevento:

Um dos mecanismos acionados para poder controlar a construção das imagens públicas do processo de

---

<sup>5</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/novidade-na-copa-brt-e-opcao-com-melhor-custo-beneficio-ate-arena-pe.html>>. Acesso em: 1º. de janeiro de 2017.

<sup>6</sup> Disponível em: < <http://www.pe.superesportes.com.br/app/fotos/campeonatos/copa-das-confederacoes/2013/06/13/galeria.669/primeiro-treino-da-espanha-no-recife.shtml>>. Acesso em: 1º. de janeiro de 2017.

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/em-dia-de-italia-e-costa-rica-torcidas-de-outros-paises-se-dividem.html>>. Acesso em: 1º. de janeiro de 2017.

<sup>8</sup> Disponível em: < <http://especiais.ne10.uol.com.br/foi-mais-que-7x1/desapropriacoes.php>>. Acesso em: 1º. de janeiro de 2017.

'desenvolvimento' em operação é controlar o tempo e as informações ao longo de diferentes fases do processo: planejamento, com tempo lento e informações restritas; execução, com tempo corrido e informações múltiplas, imprecisas e desconstruídas; e pós-execução (ou de celebração-mitigação, novamente com tempo lento e informações imprecisas, contraditórias e distorcidas). Os beneficiados nunca constituem um grupo isolado, pois a sua força jaz nas alianças de interesses comuns que os levam a compactuar no estímulo à ação planejada.

Há interesses econômicos e políticos que pavimentam o caminho para uma narrativa vencedora, deixando soterradas informações que poderiam formar ou efetivamente representar outro conjunto de dados. Jennings (2014, p. 52) explicita as dificuldades que teve ao investigar desmandos em entidades internacionais como a Fifa e o COI:

O COI e a Fifa me baniram. Das coletivas de imprensa, de cobrir suas reuniões, de fazer meu trabalho como jornalista. Teixeira colocou os advogados da Fifa pra tentar proibir que meu novo livro, Um jogo ainda mais sujo, denunciando o esquema fraudulento de comercialização de ingressos para a Copa do Mundo, chegasse às livrarias brasileiras. E se você acha que tudo isso está soando um pouco excessivo – um pouco, digamos, totalitário – veja esta: eles ilegalmente obtiveram meus registros telefônicos, identificaram alguns de meus contatos e usaram suas ligações na polícia para tentar sujar o nome dos meus amigos. As vezes brinco que desde que me tornei persona non grata nunca estive mais perto da Fifa – eles estão comigo em cada telefonema que faço!

Entende-se, portanto, que a discussão do papel da mídia e do silêncio na cobertura da Copa do Mun-

do em Pernambuco se encontra dentro de um contexto crítico em relação ao papel dos megaeventos na construção social da realidade. E que permanecerá sendo uma temática muito relevante, principalmente para países como a Rússia, onde acontecerá a próxima Copa do Mundo, em 2018.

### Considerações finais

Trazer à tona os silêncios e silenciamentos na Copa do Mundo é necessário para mostrar que não se pode lutar por uma democracia plena sem uma dose forte de luta pelo direito à comunicação. Ainda mais nos tempos que vivemos hoje. Os estudos sobre silêncios e silenciamentos talvez se aplicassem ainda mais duramente ao que aconteceu em 2016 e ao processo de impeachment da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff. Reiteramos que, logo após assumir a presidência, um dos primeiros atos de Michel Temer foi a exoneração do presidente da Empresa Brasil de Comunicação,<sup>9</sup> Ricardo Melo, passando por cima, além da já citada Medida Provisória 744/16 (BRASIL, 2016) da Lei 11.652/2008 (BRASIL, 2008), que regula a radiodifusão pública no País.

Uma percepção que parece óbvia hoje, é que a internet não será suficiente para gerar um ambiente de discussão democrática. Em adição, a defesa da Comunicação Pública como instrumento fundamental para o Direito Humano à Comunicação continua sendo feita apenas em espaços acadêmicos, de militância e em poucas iniciativas mais abrangentes como as promovidas pelo Fórum Nacional pela Democratização

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/temer-ataca-comunicacao-publica-e-exonera-presidente-da-ebc>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

da Comunicação (FNDC). Não custa lembrar que a comunicação pública é um instrumento de defesa da democracia (OLIVEIRA, 2004) ao publicizar informações de interesse coletivo. Em havendo publicização e circulação de informações não há espaço para silenciamento, de modo que a discussão acerca do tema e sua defesa deveriam extrapolar a esfera acadêmica.

O silenciamento da mídia corporativa em relação aos ataques do Governo Federal à autonomia da EBC em 2016 parece ter semelhanças com o silenciamento dessas mesmas empresas em relação às remoções da Copa do Mundo. Em adição, e retomando ao tema desta pesquisa, com o passar do tempo, é possível também que tenha havido desinteresse de parte do público brasileiro pelo tema das remoções da Copa. Além do trabalho de massificação da imagem positiva da Copa do Mundo, esse fato reforçaria algo que Sontag descreve em relação ao sentimento dos norte-americanos sobre as fotos de guerras:

Provavelmente, se formos americanos, julgaremos mórbido fazer um esforço especial para ver fotos de vítimas queimadas por um bombardeio atômico ou fotos da carne de vítimas civis atingidas por napalm lançado pelos americanos na Guerra do Vietnã, mas julgaremos nosso dever olhar (SONTAG, 2003).

O Brasil teve no futebol justamente uma das maiores forças de criação do sentimento de unidade nacional. Pode-se supor que parte do público apaixonado pelo esporte tenha então mais dificuldade de perceber o silêncio fundante em torno do Mundial de 2014.

Não existe fórmula singular de garantia de pluralidade de informações numa sociedade. É preciso

discutir a quem pertencem os meios de produção de informações e, eventualmente, garantir que os setores públicos e comunitários tenham uma fatia importante do espectro televisivo e radiofônico. Ao mesmo tempo, é necessário discutir o conteúdo e como se garante o direito de resposta às pessoas ou grupos que sofrem abusos por profissionais de comunicação ou empresários do setor. Na academia, por sua vez, é preciso formar comunicadores que percebam cada vez mais as limitações da mídia corporativa e consigam discutir como atuar em situações como as discutidas em relação às remoções da Copa do Mundo, em que a censura e as políticas mais sutis de silêncio estão tão naturalizadas.

## Referências

BRASIL. **Lei número 11.652 de 7 de Abril de 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm)>. Acesso em: 28 de março de 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº. 744, de 2016**. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126826>>. Acesso em: 28 de março de 2019.

Comitê popular da Copa em Pernambuco. Disponível em: <<http://ombudspe.org.br/canal-aberto/nao-existe-jornalismo-na-cobertura-da-copa-do-mundo-nota-de-repudio-ao-programa-profissao-reporter-e-a-tv-globo/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil, 2014. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmegacidades.net/projeto-megaeventos/index11e8.html?option=com\\_content&view=article&id=124&Itemid=364](http://www.observatoriodasmegacidades.net/projeto-megaeventos/index11e8.html?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=364)>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciana (Org.). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006 (no prelo).

FIFA. **Más de tres mil millones de telespectadores vieron el Mundial de 2014 en Brasil**. Disponível em: <<http://es.fifa.com/worldcup/news/>>

y=2015/m=12/news=mas-de-tres-mil-millones-de-telespectadores-vieron-el-mundial-de-2014-2745549.html>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

JENNINGS, Andrew (Org.). **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MOURA, Alice Bezerra de Mello. **Remoções forçadas, moradas desmanteladas:** uma intervenção estatal no Loteamento São Francisco, 167s. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Recife, 2016.

OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação pública.** Campinas, SP: Alínea, 2004.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio – No movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PAULA, Marilene de; BARTELT, Dawid Danilo (Orgs.). **Copa para quem e para quê?** Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2014.

Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – PBM 2016 Brasília, Secom, 2016 file:///C:/Users/Lorena/Downloads/Pesquisa%20Brasileira%20de%20M%C3%Adia%20-%20PBM%202016.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

SCOTT, Parry; MOURA, Alice Bezerra de Mello; LEMOS JUNIOR, José Roberto de. **Territorializando a Copa:** discurso em torno das mudanças territoriais na construção da arena e da Cidade da Copa em Pernambuco. In: II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade. Disponível em: <<http://megaeventos.etern.ippur.ufrj.br/pt-br/territorializando-copa-discursos-em-torno-das-mudancas-territoriais-na-construcao-da-arena-e-da>>. Acesso em: 8 de setembro de 2016.

SCOTT, Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos; SOUZA, Eduardo Araripe; MOURA, Alice Bezerra de Mello. Disputas em diferentes tempos na construção da Arena pernambucana para a Copa do Mundo: planejando, executando, mitigando. Trabalho apresentado na II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, 27-30 de abril, 2014, na sessão temática AT2, Conflitos e Resistências. In: MOURA, SCOTT, OLIVEIRA (Orgs.). **Copa do Mundo em Pernambuco:** impactos, avaliações e ações. Recife, Ed. do Organizadores, 2015. ISBN 978-85-415-0729-5 (digital) [CD-ROM].

CAROLINA DANTAS DE FIGUEIREDO  
EDUARDO BAPTISTA AMORIM

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

**CAROLINA DANTAS DE FIGUEIREDO**

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisa mídias digitais e movimentos sociais. Doutora em Comunicação Social e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: caroldanfig@gmail.com

**EDUARDO BAPTISTA AMORIM**

Jornalista atuante em diversas mídias e movimentos sociais na capital pernambucana. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: eamorim@gmail.com.